São Paulo

# DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 29, Domingo, 30 de Junho e Segunda-feira, 01 de Julho de 2024 | Edição N º 1059

datamercantil.com.br

# Lula diz que patamar de juros 'vai melhorar' quando ele indicar presidente do BC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a questionar nesta sexta-feira (28) o patamar da taxa de juros no Brasil e a criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

"A taxa de juros de 10,50% [ao ano] é irreal para uma inflação de 4%. Isso vai poder melhorar quando eu puder indicar o presidente [do Banco Central]", afirmou o presidente em entrevista à rádio O Tempo, durante sua passagem por Minas Gerais.

"O Presidente da República não pode ficar brigando com o presidente do BC, porque ele foi escolhido pelo governo anterior, pensa ideologicamente igual ao governo anterior e não está fazendo o que deveria fazer corretamente", disse o petista.

No dia 18, em entrevista à rádio CBN, Lula disse que Campos Neto tem lado político e trabalha para prejudicar o país.

Na quinta (27), Lula disse que o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, tem condições de presidir o banco após o mandato de Roberto Campos Neto, que termina em dezembro deste ano.

"O Galípolo é um menino de ouro. Se tem um menino de ouro é Galípolo. Competentíssimo, de uma honestidade ímpar. Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central. Mas nunca conversei com ele, nunca falei com ele [sobre isso]", afirmou em outra entrevista em Belo Horizonte.

Galípolo votou a favor para a manutenção da taxa Selic em 10,50% ao ano na última decisão do Copom (Conselho de Política Econômica) do Banco Central.

O presidente também voltou a negar a associação entre a subida do dólar e uma declaração em entrevista ao UOL em que ele teria colocado em dúvida a necessidade de efetuar um corte de gastos para melhorar o equilíbrio fiscal do governo.

"Tem especulação com derivativo para valorizar o dólar e desvalorizar o real, e o Banco Central tem que investigar isso. Se o Presidente da República que for eleito não puder falar, quem vai poder falar? O cara que perdeu? O presidente do Banco Central?", afirmou Lula em entrevista à rádio O Tempo.

Artur Búrigo/Folhapress

## Economia

### Setor de telesserviços emprega mais de 14 mil transsexuais no Brasil

Página - 03

### Dívida pública bruta do Brasil sobe a 76,8% do PIB em maio, mostra BC

Página - 03

### Petrobras (PETR4) confirma novo CFO e diretor de RI; veja

Pág - 08

### Itaú (ITUB4) anuncia mudança na diretoria de relações com investidores

Pág - 08

## Política

### Moraes rejeita um código de conduta no STF

Página - 04

### Lula diz que espera presença de Romeu Zema nas próximas agendas em MG

Página - 04

# No Mundo

## Parte do telhado desaba e mata uma pessoa no aeroporto de Déli, na Índia

Parte de um telhado desabou na entrada do aeroporto de Nova Déli em meio a um temporal com ventos fortes.

Estrutura não aguentou a pressão da água e colapsou. Imagens mostram a água passando pela estrutura e o estrago depois.

Vigas de suporte caíram em cima de carros na área de embarque e desembarque do Terminal 1. O incidente aconteceu sexta-feira (28) por volta das 5h30 no horário local (21h em Brasília).

Uma pessoa morreu. Ela estava em um dos carros atingidos. Outras oito pessoas foram socorridas com ferimentos.

Pelo menos 10 voos foram cancelados e 40 atrasaram. O Terminal 1, usado pelas companhias aéreas IndiGo e SpiceJet, foi interditado e passageiros foram encaminhados para outros dois terminais, informou o ministro de aviação civil Ram Mohan Naidu Kinjarapu.

Ministro prometeu "exame minucioso" da estrutura do terminal. Kinjarapu anunciou que um inquérito foi aberto para investigar o acidente e que o primeiro-ministro Narendra Modi "monitora de perto a situação".

Nas redes sociais, governo foi criticado porque o terminal foi recentemente reformado e inaugurado pelo primeiro-ministro Modi em março, um mês antes das eleições. Segundo o ministro, a estrutura que desabou não faz parte da reforma. "O edifício inaugurado pelo premiê Modi está do outro lado e o edifício que ruiu é antigo e foi inaugurado em 2009".

Área do aeroporto recebeu cerca de 148 mm de chuva em três horas. O volume é mais do que a média de todo o mês de junho, informou o escritório de meteorologia da Índia.

Folhapress

## Milei rejeita pedido de desculpas a Lula e diz que petista tem ego inflado de esquerdinha

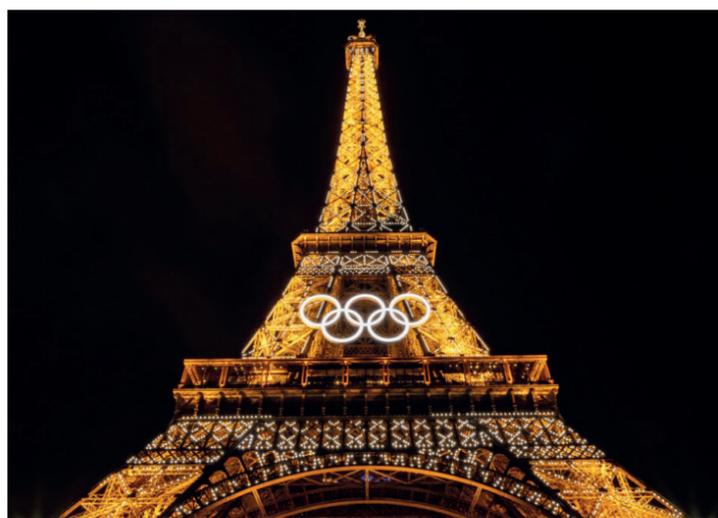
O presidente da Argentina, Javier Milei, rejeitou nesta sexta-feira (28) um pedido de desculpas que Lula havia pedido e, em vez disso, chamou o petista de "esquerdinha" com "o ego inflado".

"É preciso colocar-se acima dessas bobagens porque os interesses dos argentinos e dos brasileiros são mais importantes do que o ego inflado de algum esquerdinha", afirmou o ultraliberal à emissora LN+, do jornal La Nacion sobre o pedido de Lula.

Na quarta-feira (26), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que seu homólogo argentino deveria pedir desculpas pela quantidade de bobagem dita sobre o brasileiro e condicionou uma conversa entre os dois a um pedido de desculpas.

As afirmações foram feitas em uma entrevista ao vivo ao portal UOL. Na ocasião, o petista foi questionado sobre não ter cumprimentado Milei durante a reunião do G7, na Itália, há duas semanas. "Não conversei com o presidente da Argentina, porque acho que ele tem que pedir desculpas ao Brasil e a mim. Ele falou muita bobagem. Só quero que ele peça desculpas", afirmou o presidente.

Folhapress

## França realiza uma aposta bilionária em Paris-2024

A França está diante de uma fatura de quase 9 bilhões de euros (53 bilhões de reais na cotação atual) para sediar os Jogos Olímpicos de Paris, mas altos funcionários consideram que as repercussões financeiras podem ser mais "psicológicas" que econômicas.

Menos de um mês antes da cerimônia de abertura dos Jogos em 26 de julho, ministros e analistas financeiros fazem malabarismos com os números para calcular os custos e os lucros do espetáculo esportivo.

Até agora, as autoridades francesas preveem um custo de quase 9 bilhões de euros para os Jogos, embora a cifra final demore a ser confirmada.

Os custos são sempre difíceis de prever ou confirmar. Os Jogos Olímpicos de Tóquio, atrasados em um ano para 2021 devido à covid-19, custaram cerca de 12,9 bilhões de dólares (71 bilhões de reais), segundo os auditores japoneses.

O Ministério da Fazenda grego calcula que Atenas-2004 custou 9,1 bilhões de dólares (50 bilhões de reais), embora algumas estimativas independentes elevem a fatura a quase 15 bilhões (82 bilhões de reais), o mesmo custo que Londres-2012.

– 9,5 bilhões de dólares –

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO), impulsionado pela venda de ingressos, patrocinadores e financiamento do Comitê Olímpico Internacional (COI), tem um orçamento de cerca de 4,4 bilhões de euros (25 bilhões de reais).

A empresa pública Solideo, que construiu a Vila Olímpica ao norte de Paris, tem um orçamento semelhante.

Mas a conta final também dependerá dos gastos com bônus olímpicos para motoristas de metrô, polícia e serviços de emergência, bem como do custo geral da segurança.

Isto é Dinheiro

*Jornal Data Mercantil Ltda*

*Rua XV de novembro, 200*
*Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000*
*Tel.:11 3361-8833*
*E-mail: comercial@datamercantil.com.br*
*Cnpj: 35.960.818/0001-30*

*Editorial: Daniela Camargo*
*Comercial: Tiago Albuquerque*

*Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.*

*Rodagem: Diária* *Fazemos parte da*

# Setor de telesserviços emprega mais de 14 mil transsexuais no Brasil

Ser contratado por suas competências é o que um candidato almeja ao concorrer a uma vaga de emprego. Porém, para pessoas transgênero, isso ainda é incomum. É mais raro ainda vê-las em cargos de liderança.

Mas o instrutor de treinamento Gael Fernandes Gentil, 27, aponta um caminho. Ele conta que foi no setor de telesserviços que encontrou espaço para desenvolver suas habilidades e crescer profissionalmente sem se preocupar com a sua identidade de gênero.

Na área desde 2020, ele diz que, antes, trabalhou no setor de logística e tentou atuar como atendente de lojas por várias vezes, mas nunca conseguia passar nos processos seletivos.

Em 2020, aos 23, passou no processo seletivo da Atento. "Quando entrei na empresa eu já era um homem trans, mas ainda não fazia terapia hormonal. Na primeira semana de trabalho aparecia no sistema o meu nome 'morto', antes da retificação civil, mas quando pedi para colocarem o [nome] social fui atendido imediatamente, com troca de crachá, email etc."

Gael começou na empresa como atendente de suporte técnico e após 18 meses foi promovido a técnico de campo, até chegar a instrutor de treinamento, cargo que ocupa há pouco mais de dois anos.

Ele ministra treinamento para todos os novos colaboradores da empresa, uma média de 300 pessoas por mês.

"Não comento ser um homem trans, mas pessoas trans se reconhecem. É muito legal que essa pessoa veja um homem trans como liderança, alguém que possa entendê-lo, além de enxergar a possibilidade de crescimento profissional."

Gael aponta o plano de saúde como uma das grandes vantagens do setor e explica que muitas vezes o recém-contratado não quer aderir ao convênio, mas ele faz questão de enfatizar os tratamentos que são cobertos. "O analista já entende que pode fazer a terapia hormonal pelo plano. Ter essa rede de apoio é fundamental porque, fora da empresa, no dia a dia, sofremos muito preconceito."

Havolene Valinhos/Folhapress

# Dívida pública bruta do Brasil sobe a 76,8% do PIB em maio, mostra BC

A dívida bruta do Brasil subiu a 76,8% do PIB (Produto Interno Bruto) em maio, aumento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta sexta-feira (28).

No total, a dívida bruta somou R$ 8,5 trilhões no mês passado. Esse é o maior patamar em mais de dois anos em fevereiro de 2022, a dívida bruta correspondia a 76,91% do PIB.

A dívida bruta que compreende governo federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

Já a dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,2% do PIB em maio (R$ 6,9 trilhões), elevação de 0,7 ponto percentual.

Nathalia Garcia/Folhapress

# 'Taxa das blusinhas' pode ser cobrada em compras feitas antes de 1º de agosto; entenda

A taxação das remessas internacionais de até US$ 50, a chamada "taxa das blusinhas", pode incidir em compras feitas antes de 1º de agosto, disse nesta sexta-feira (28) a Receita Federal.

O subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, Fausto Coutinho, afirmou que o imposto é devido a partir do registro da DIR (Declaração de Importação de Remessa), que pode ser feito alguns dias após o pedido do consumidor.

Como há essa defasagem entre a realização da compra e a emissão da DIR, Coutinho reconheceu que compras feitas no final de julho podem já ser taxadas. "A possibilidade é factível. Não tem como garantir que não tenha isso", afirmou em entrevista coletiva para detalhar a medida.

Segundo Coutinho, cada plataforma tem sua gestão e metodologia de entrega da declaração. A Receita disse não ser possível precisar um prazo médio para guiar os consumidores sobre a data a partir da qual seria justa a cobrança do imposto na compra até US$ 50.

"Nossa orientação para as plataformas é que façam a comunicação o mais rápido possível para que essa informação esteja clara", afirmou o subsecretário. "O que a gente pôde fazer a gente fez."

Caso o consumidor faça uma compra no fim de julho sem recolher o imposto, mas a plataforma só registre a DIR após 1º de agosto, o destinatário pode precisar fazer o pagamento da taxa no Brasil para receber a encomenda.

No início da entrevista coletiva, o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, fez um pronunciamento e disse que o tempo de transição foi adotado "para que contribuinte não seja surpreendido". Ele não permaneceu no local para responder às perguntas dos jornalistas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta quinta-feira (27) a lei que acaba com a isenção das compras internacionais até US$ 50 feitas por pessoas físicas. A proposta foi incluída pelo Congresso Nacional na lei que criou o Mover, programa de incentivo à descarbonização de carros.

Idiana Tomazelli/Folhapress

# Política

## Moraes rejeita um código de conduta no STF

O ministro Alexandre de Moraes descartou nesta sexta-feira (28) a necessidade de criação de um código de conduta para ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). A declaração à reportagem ocorreu durante o Fórum Jurídico de Lisboa, capitaneado pelo ministro Gilmar Mendes (STF).

A reportagem perguntou se o STF não deveria criar um código, como o que a Suprema Corte americana divulgou em novembro passado. Códigos de conduta também são comuns em tribunais superiores europeus, como o alemão país onde as despesas dos juízes são publicadas no site da corte.

"Não, acho que não há a mínima necessidade, porque os ministros do Supremo já se pautam pela conduta ética que a Constituição determina", disse Moraes.

O evento em Portugal está em sua 12ª edição e foi apelidado no mundo jurídico e político como "Gilmarpalooza", em referência à profusão de convidados e aos eventos paralelos em Lisboa, como jantares e festas.

O fórum tem se consolidado no calendário político de autoridades brasileiras, mas carrega também como marcas a falta de transparência e potenciais situações de conflito de interesse.

A reportagem procurou os gabinetes dos seis ministros do STF que constam na programação do evento Gilmar, Moraes, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Flávio Dino, Cristiano Zanin, mas, à exceção de Barroso, nenhum deles informou quem está bancando a viagem.

O STF disse que não há desembolso da corte para essas viagens.

Nesta sexta-feira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, provocou risadas na plateia do Fórum de Lisboa ao contar uma anedota narrada por seu amigo, o ministro Gilmar Mendes.

Certa vez o pai de Gilmar contratou uma banda para tocar num evento. Os músicos eram horríveis. Alguém perguntou o nome da banda. "Os Astros", disseram os instrumentistas. Segundo Gonet, o pai de Gilmar teria respondido: "Por que vocês não mudam para "Os Independentes"? Cada um toca uma música diferente".

João Gabriel de Lima/Folhapress

## Lula diz que espera presença de Romeu Zema nas próximas agendas em MG

Após a recusa do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em participar de agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Estado, o petista disse que lamentou a ausência e afirmou esperar a presença de Zema nas próximas agendas. "Eu virei outras vezes e espero que, nas outras vezes, ele esteja presente", disse Lula em entrevista à rádio O Tempo FM.

"Eu gostaria que os governadores estivessem presentes", afirmou Lula sobre as agendas da Presidência. "Nunca, na minha vida, fui a um Estado e deixei de convidar o governador, nunca. Ele tem o direito de ir ou não ir, eu respeito também".

Lula acrescentou que, como este não é um ano de eleições gerais, não há razão para que ele e o governador mantenham distância em agendas públicas. "Ele não é candidato a nada, eu não sou candidato a nada, não tem eleição para nós neste ano", disse Lula, alegando que não havia razão para que os chefes do Executivo federal e mineiro não realizassem agendas em conjunto.

Lula está em agenda em Minas desde a quinta-feira, 27, quando participou de evento em Contagem. Nesta sexta, o petista partiu para Juiz de Fora. Ao Estadão, a assessoria do governo mineiro informou que os convites do Palácio do Planalto foram feitos "em cima da hora" e, portanto, não foi possível alterar compromissos pré-marcados do governador.

Isto é Dinheiro

## Bolsonaristas atuam por Pablo Marçal mesmo após Bolsonaro fechar aliança com Ricardo Nunes

Bolsonaristas insatisfeitos com o apoio a Ricardo Nunes (MDB) têm ajudado nos bastidores a pré-campanha de Pablo Marçal (PRTB), visto como alguém mais próximo das pautas defendidas pelo grupo do que o atual prefeito de São Paulo. A aliança foi forjada após o emedebista aceitar o coronel da reserva Ricardo de Mello Araújo (PL) como vice em sua chapa, indicação feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nos bastidores, o deputado federal Ricardo Salles (PL) é apontado como o principal interlocutor de Marçal junto a militantes, lideranças bolsonaristas, empresários e jornalistas. Publicamente, o influenciador nega, assim como Salles, que afirma que permanecerá neutro na eleição e que não tem contato com Marçal, com exceção da participação em um podcast no início do mês.

O ex-ministro do Meio Ambiente chegou a se colocar como pré-candidato a prefeito em duas ocasiões, mas recuou após ficar claro que Bolsonaro e o PL apoiariam Nunes. "Essa informação não está correta. Não tenho feito interlocução nenhuma nem encontro com nenhum jornalista", disse Salles ao Estadão após ser questionado sobre o tema

A entrada de Marçal na disputa eleitoral pressionou Nunes a aceitar a indicação de Mello Araújo como vice, o que o prefeito resistia a fazer e, sob esse ponto de vista, beneficiou Bolsonaro. A campanha do emedebista teme o avanço do coach sobre eleitores bolsonaristas e, por isso, decidiu selar a parceria com o ex-presidente.

Por outro lado, aliados de Bolsonaro passaram a enxergar Marçal com desconfiança e avaliam que há possibilidade de dele atrapalhar os planos do grupo em São Paulo caso decida se candidatar ao Senado em 2026 – o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) é um dos mais cotados para concorrer às duas vagas em disputa.

Isto é Dinheiro

Edição impressa produzida pelo Jonal **Data Mercantil** com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
**https://datamercantil.com.br/publicidade_legal**
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

# Publicidade Legal

## Brachiosaurus 332 Participações S.A.

CNPJ em constituição

**Ata da Assembleia Geral de Constituição da realizada em 02 de janeiro de 2024**

**Data, Hora e Local:** 02/01/2024, às 12 horas, em São Paulo-SP, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 02, Vila Leopoldina, a totalidade de capital social inicial da **Brachiosaurus 332 Participações S.A.** ("Companhia"), a saber: (i) Psilon Holdings Ltda., com sede em São Paulo-SP, na Av. Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 01, Vila Leopoldina, CNPJ/ME nº 53.403.139/0001-42 e NIRE 35.262.895.098, representada por Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, adiante qualificada; e (ii) Vyco Holdings Ltda., com sede em São Paulo-SP, na Av. Imperatriz Leopoldina, 1248, sala 204, box 02, Vila Leopoldina, CNPJ/ME nº 53.400.712/0001-64 e NIRE 35.262.893.524, representada por Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, RG nº 25.868.187-1 (SSP/SP), CPF/ME nº 255.747.418-57, razão pela qual foi dispensada a convocação. **Mesa:** Sra. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição, Presidente, que optou por dirigir sozinha os trabalhos. **Deliberações:** Os acionistas detentores da totalidade do capital social deliberaram, sem quaisquer restrições: 1. A aprovação da constituição da Companhia, declarando-se constituída a Companhia a partir desta data. 2. A aprovação do capital social inicial da Companhia, no montante de R$400,00, dividido em 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas neste ato e a serem integralizadas da seguinte forma: • 200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Psilon Holdings S.A., acima qualificada, pelo preço de emissão de R$ 200,00, sendo, neste ato, integralizados R$ 20,00 reais. O valor remanescente de R$ 180,00 serão integralizados no prazo de 36 meses, a contar desta data; e • 200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são subscritas pela acionista Vyco Holdings S.A. acima qualificada, pelo preço de emissão de R$ 200,00, sendo, neste ato, integralizados R$ 20,00 reais. O valor remanescente de R$ 180,00 serão integralizados no prazo de 36 meses, a contar desta data. 3. A aprovação da redação do Estatuto Social. 4. A eleição de um único membro para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 03 anos contados desta data, permitida a reeleição, a saber: **Beatriz de Jesus Trindade**, RG nº 46.964.913-6 SSP/SP, CPF nº 302.213.628-51, para o cargo de Diretora sem designação específica. 4.1. A Diretora sem designação específica toma posse nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, e da declaração de desimpedimento, segundo o qual declarou que não está impedido por lei de exercer a administração da Companhia e não está condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 02/01/2024. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição. **(Presidente da Mesa). Acionistas: Psilon Holdings Ltda.** p. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição; **Vyco Holdings Ltda.** p. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição. **Visto da Advogada:** Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição OAB/SP nº 363.776. **Anexo I – Estatuto Social Consolidado. Capítulo I –** Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. **Artigo 1º**. A **Brachiosaurus 332 Participações Ltda.** ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 1248, sala 204, setor 02, Vila Leopoldina, CEP 05305-002, podendo abrir e manter filiais, escritórios, agências e/ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria. **Artigo 3º.** O objeto social consiste na participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior. A atividade acima listada, está inserida no seguinte código CNAE (IBGE) 6462-0/00 Holdings de instituições não financeiras. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II –** Capital Social e Ações. **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, a ser integralizado em moeda corrente até 31/12/2026, é de R$400,00, representado por 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 01 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 2º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§ 3º.** As ações da Companhia poderão ser conversíveis de uma espécie em outra, desde que mediante aprovação dos acionistas, em Assembleia Geral, por decisão de 70% do capital social total e votante. **§ 4º.** O capital social poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser aumentado mediante a emissão de ações, sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. **§ 5º.** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações, se levada a efeito em violação a qualquer eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. **§ 6º.** À Companhia é permitida a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III –** Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma da lei. A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos membros da Diretoria e, na sua ausência, por indicação dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia Geral escolher dirigir sozinho a Assembleia Geral, dispensando a necessidade de mesa composta, conforme autoriza o artigo 128 da Lei das Sociedades Anônimas, ou escolher secretário da mesa para auxiliá-lo, se entender pertinente. **§ 1º.** A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária será convocada por qualquer dos membros da Diretoria, nos termos da lei, com no mínimo 08 dias de antecedência. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. Qualquer acionista que não puder participar pessoalmente, por qualquer motivo, de uma Assembleia Geral, poderá participar por teleconferência ou videoconferência ou equipamento de comunicação similar por meio do qual todas as pessoas participantes da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal, contanto que uma cópia assinada do voto dado por tal acionista seja enviada por e-mail aos demais acionistas, imediatamente após a Assembleia Geral e a sua respectiva via original entregue dentro de 5 dias úteis após a Assembleia Geral, a fim de ser arquivada na sede da Companhia. **§ 2º.** Ressalvadas as exceções previstas em lei e salvo quando previsto outro quórum mínimo neste Estatuto Social ou em eventual acordo de acionistas, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas, não se computando votos em branco. **§ 3º.** Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de eventuais acordos de acionistas arquivado na sede da Companhia, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. **Capítulo IV –** Administração da Companhia. **Artigo 7º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 01 ou mais diretores, sendo um Diretor Executivo e os demais a terem designações definidas pela Assembleia Geral, que poderão ser acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º.** Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato de até 03 anos, permitida a reeleição. **§ 2º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos, permanecendo com todos os poderes inerentes aos respectivos cargos. **§ 3º.** Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer membro da Diretoria, caberá à Assembleia Geral a eleição do substituto. **Artigo 8º.** As reuniões da Diretoria ocorrerão sempre que necessário. Todas as reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante aviso por escrito, contra protocolo, com antecedência mínima de 05 dias, indicando a ordem do dia e o horário em que a reunião se realizará, preferencialmente na sede da Companhia. **§ 1º.** Será dispensada a convocação de que trata o caput deste artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício da Diretoria. Os membros da Diretoria poderão participar e votar nas reuniões da Diretoria, ainda que não estejam fisicamente presentes nas mesmas, desde que a todos seja possibilitado participar das discussões por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico similar de comunicações por meio do qual todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir umas às outras; e esta participação será considerada como presença pessoal. A respectiva ata deverá ser posteriormente assinada por todos os membros que participaram da reunião. **§ 2º.** As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. A reunião da Diretoria será presidida por qualquer membro da Diretoria. Em caso de impasse para definir o presidente da reunião, caberá ao Diretor sem designação específica definir. **§ 3º.** As deliberações da Diretoria serão registradas em ata e lavradas em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo presidente. **§ 4º.** As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela unanimidade de votos dos Diretores. **Artigo 9º**. Compete à Diretoria a administração dos negócios da Companhia, assim como a representação da Companhia, observados os limites previstos em lei ou no presente Estatuto Social. **Artigo 10.** A Companhia poderá vir a ser administrada e representada, ainda, por procuradores, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **Parágrafo Único.** A Companhia deverá ser representada pelo Diretor sem designação específica, isoladamente, para outorga de qualquer procuração. Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão mencionar os poderes por ela conferidos, que poderão ser gerais ou específicos, assim como o prazo de duração do mandato, que poderá ser determinado ou indeterminado. **Artigo 11.** A representação da Companhia, de forma ativa ou passiva, em juízo ou fora dele, perante terceiros em geral e todas e quaisquer repartições e autoridade federais, estaduais ou municipais, será realizada (i) por qualquer dos Diretores, agindo isoladamente; ou (ii) por um único procurador da Companhia, agindo isoladamente, no limite dos poderes de seu mandato, observado o disposto nos parágrafos primeiro, segundo, terceiro e quarto abaixo, bem como no parágrafo primeiro do artigo 10 acima. **§ 1º.** A representação da Companhia perante quaisquer instituições bancárias e/ou financeiras, incluindo, sem limitação, bancos, fintechs e/ou corretoras de investimento, inclusive, sem limitação, com a finalidade de abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, administrar e movimentar aplicações financeiras, tomar empréstimos ou financiamentos e/ou realizar quaisquer outras operações de crédito, bem como com a finalidade de emitir, endossar, dar aceite e descontar cheques e títulos de crédito, apenas poderá ser realizada pela Diretora sem designação específica ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 2º.** A representação da Companhia em qualquer ato que importe em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis ou móveis do estoque ou do ativo da Companhia, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 3º.** A representação da Companhia em qualquer ato que importe em alienação, doação, cessão e/ou transferência de participação societária detida pela Companhia em quaisquer sociedades ou empresas, personificadas ou não, incluindo, sem limitação, sociedades em conta de participação e joint ventures, apenas poderá ser realizada pelo Diretor Executivo ou por procurador da Companhia, com poderes específicos para tanto, que poderão agir isoladamente. **§ 4º.** A prática de qualquer ato pelos administradores e/ou procuradores da Companhia que importem em aquisição, alienação, arrendamento ou oneração de bens imóveis pela Companhia dependerá da prévia e expressa aprovação de acionistas titulares de, pelo menos, 70% do capital social da Companhia, evidenciada por qualquer meio de comunicação escrito, inclusive, sem limitação, por e-mail. **§ 5º.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia, em casos específicos. **Artigo 12.** A Companhia poderá prestar avais, fianças, hipotecas e quaisquer outras garantias em favor de terceiros ou em benefício de seus acionistas e administradores, desde que assinada pela Diretora da Companhia. **Capítulo V –** Conselho Fiscal. **Artigo 13.** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes previstos na legislação vigente, funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, conforme o que faculta o artigo 161, da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 03 membros. À Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração de seus membros. **Capítulo VI –** Exercício Social e Lucros. **Artigo 14.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á a elaboração do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por lei. **§ 1º.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º.** Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 1% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. **§ 4º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante a deliberação da Assembleia Geral, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido, observados os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável. **§ 5º.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII –** Liquidação. **Artigo 15.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Capítulo VIII –** Disposições Finais. **Artigo 16.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 17.** Toda e qualquer controvérsia oriunda deste Estatuto Social ou a ele relacionada, inclusive quanto ao seu cumprimento, interpretação, existência, validade, eficácia, rescisão e execução específica, envolvendo a Companhia, acionistas e Diretores, inclusive seus sucessores a qualquer título, será proposta e solucionada no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. **Artigo 18.** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição **(Presidente da Mesa). Visto da Advogada:** Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição OAB/SP nº 363.776. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.631.943 em 07/02/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ nº 18.082.788/0001-98 - NIRE 3530048669-2

**Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da **International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.** ("Companhia"), que será realizada em 08 de julho de 2024, às 15h00min, na modalidade digital, cujo acesso será pelo link eletrônico, conforme instrução de participação e voto a distância descrita abaixo, para deliberar sobre o item único da ordem do dia: **(i)** dar cumprimento à QuintaSentença Arbitral Parcial proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá no âmbito do Processo Arbitral CCBC nº 70/2019/SEC5, que determinou (i) a anulação da deliberação assemblear de 7 de julho de 2023 acerca da *"destinação do lucro líquido do exercício social e a distribuição de dividendos"*; e (ii) a distribuição de dividendos na forma do pedido do acionista Ulisses Borges Cardinot, e que deverão ser pagos em até 60 dias contados da data da assembleia, descontado o montante já pago a título de dividendos mínimos estatutários de R$ 10.250.855,93, sendo devidos R$ 14.921.145,86 ao Ulisses Borges Cardinot e R$ 15.831.421,87 à Companhia Brasileira de Educação e Sistemas de Ensino S.A., estando autorizada a diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários ao pagamento dos dividendos. São Paulo, 28 de junho de 2024.

**Ulisses Borges Cardinot -** *Presidente do Conselho de Administração.*

***Instruções para participação na Assembleia Geral Extraordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.***

Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral Extraordinária será realizada na modalidade exclusivamente digital, podendo V.Sa. participar e votar por meio do sistema eletrônico com acesso ao link à videoconferência. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, V.Sa. deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhada de cópia do documento de identidade ou cópia do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail *cesar. faroli@internationalschool.global*, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Uma vez recebido o e-mail referido acima e verificada a regularidade dos documentos apresentados, a Companhia enviará a V.Sa. as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico de videoconferência, assegurará: **(a)** a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia Geral Extraordinária; **(b)** o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; **(c)** a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia Geral Extraordinária; **(d)** o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; **(e)** a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia Geral Extraordinária; **(f)** a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; **(g)** a gravação integral da Assembleia Geral Ordinária; **(h)** a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia Geral Extraordinária e pessoas cuja participação seja obrigatória; e **(i)** a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os documentos e informações referentes aos assuntos da pauta da Assembleia Geral Extraordinária estão disponíveis sob a forma digital, podendo ser requisitados pelos acionistas interessados. ***(28, 29/06/2024 e 02/07/2024)***

## Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5244
Dólar (EUA) - 5,5589
Franco (Suíça) - 6,1821
Iene (Japão) - 0,03456
Libra (Inglaterra) - 7,0259
Peso (Argentina) - 0,006099
Peso (Chile) - 0,005901
Peso (México) - 0,3044
Peso (Uruguai) - 0,141
Yuan (China) - 0,7649
Rublo (Rússia) - 0,06483
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,9547

## CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

**Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2024.**

**Data, Hora e Local:** Dia 07/05/2024, às 15h, por meio eletrônico e presencial, na sede do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG"). **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros **do Conselho de Administração. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** Apresentar atualizações gerais sobre a Companhia e analisar, discutir e: **(1)** aprovar: **(i)** Matriz de Riscos – 2024; **(ii)** Relatório Anual da Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos – 2023; **(iii)** Regimento Interno da Auditoria Interna; **(iv)** Novos membros do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração para assuntos de Bolsa; **(v)** Regimento Interno da Diretoria Estatutária; e **(vi)** Regimento Interno do Comitê de Auditoria; bem como **(vi)** a alteração da estrutura da Diretoria da Companhia, com a renúncia do Diretor de Governança, Risco e Controles Internos e eleição de novo membro para o referido cargo: Renúncia do seguinte membro da Diretoria da Companhia: **a.** Diretor de Governança, Risco e Controles Internos: **Sergio Ricardo Silva Schreiner**, RG nº 4.872.223-6 SSP-SP, e CPF/MF nº 000.789.018-47. Eleição de novo membro da Diretoria da Companhia: **b.** Diretor de Governança, Risco e Controles Internos: **Gabriel Lorandos Germani**, RG nº 10779076-22 e CPF/MF nº 010.471.970-22. O novo Diretor de Governança, Risco e Controles Internos, foi eleito com mandato de 02 anos e permanecerá no cargo até a eleição de seu sucessor. O Diretor ora eleito declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis; (2) Apresentação de atualização geral dos temas estratégicos da companhia, acompanhamento do fechamento do 1º trimestre de 2024 e abertura para discutir eventuais dúvidas quanto aos documentos previamente enviados aos conselheiros: **(i)** Relatório Teste de Comunicação RSFN - Abril/2024; **(ii)** Relatório Teste Restore – Abril/2024; **(iii)** Exame do Relatório Anual da Diretoria de Fiscalização e Supervisão referente ao ano de 2023; e **(iv)** Revisão da metodologia de riscos e dos mapeamentos de riscos Estratégicos – EY. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 07/05/2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 227.415/24-3 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2024**

**Data, Hora e Local:** Em 15/05/2024, às 10h00, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade: (i)** Tornar sem efeito a eleição do Sr. Venicio Lima de Carvalho para ocupar o cargo de Diretor Comercial, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 01/04/2024, observando-se que não ocorreu homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil, tampouco assinatura do termo de posse. **(ii)** Consignar que o cargo de Diretor Comercial será interinamente exercido pelo Sr. **Jean Pierre Avril**, RG nº 35.719.784-7 SSP-SP, CPF/ME nº 220.159.808-81, até a eleição de um novo membro para compor a Diretoria. **(iii)** A Diretoria da Companhia, após as deliberações acima e sujeito à homologação do Banco Central do Brasil, passará a ter a seguinte composição: Jean Pierre Avril – Diretor Presidente e Diretor Comercial; Fernanda Matsuda – Diretora de Risco; Bruno Dantas Saab – Diretor de Marketing; Tatyana Calixto Abdalla – Diretora de Operações e de TI; Lucas Matos Fernandes – Diretor Financeiro. **Encerramento:** Nada mais a tratar. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 15/05/2024. **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim** – Secretária da Mesa. **Conselheiros: Jean Pierre Avril** – Conselheiro; **Vincent Hervé PY** – Conselheiro; **Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente do Conselho. JUCESP – Registrado sob o nº 226.163/24-6 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.



**DÓLAR**
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,5583 / R$ 5,5589 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,5886 / R$ 5,5906 *
Turismo - R$ 5,6148 / R$ 5,7948
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: +1,50%

**BOLSAS**
B3 (Ibovespa)
Variação: −0,32%
Pontos: 123.906
Maiores altas: BRF SA ON (2,81%), Marfrig ON (1,56%), Bradespar PN (1,37%)
Maiores baixas: Azul PN (-6,02%), COGNA ON (-5,85%), YDUQS Part ON (-5,71%)
S&P 500 (Nova York): -0,41%
Dow Jones (Nova York): -0,12%
Nasdaq (Nova York): -0,71%
CAC 40 (Paris): -0,68%
Dax 30 (Frankfurt): 0,14%
Financial 100 (Londres): -0,19%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,61%
Hang Seng (Hong Kong): 0,01%
Shanghai Composite (Xangai): 0,73%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,22%
Merval (Buenos Aires): -1,49%
IPC (México): 0,25%

**ÍNDICES DE INFLAÇÃO**
**IPCA/IBGE**
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

# Publicidade Legal

## NC Broadcast Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.935.188/0001-28

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

### Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Valores expressos em milhares de reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Ativo circulante** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.349 | 1.194 | 27.660 | 65.173 |
| Contas a receber de clientes | – | – | 36.224 | 24.501 |
| Partes relacionadas | – | – | 7.304 | – |
| Impostos a recuperar | 97 | 5 | 593 | 217 |
| Dividendos a receber | 14.417 | 4.946 | – | – |
| Adiantamento dividendos | 44.555 | 1.363 | 44.587 | 1.363 |
| Outros recebíveis | – | – | 3.105 | 5.487 |
| **Total do ativo circulante** | **60.418** | **7.508** | **119.473** | **96.741** |
| **Ativo não circulante** | | | | |
| Depósitos judiciais | – | – | 1.630 | 1.752 |
| Impostos a recuperar | – | 19 | – | 613 |
| IRPJ e contribuição social diferidos | – | – | 22.320 | 26.028 |
| Investimentos | 286.444 | 275.069 | – | – |
| Direito de uso de ativos | – | – | 5.191 | 5.185 |
| Imobilizado | – | – | 20.553 | 21.182 |
| Intangível | – | – | 203.240 | 203.294 |
| **Total do ativo não circulante** | 286.444 | 275.088 | 252.934 | 258.054 |
| **Total do ativo** | **346.862** | **282.596** | **372.407** | **354.795** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Passivo circulante** | | | | |
| Fornecedores | – | – | 3.367 | 6.164 |
| Salários e encargos a pagar | – | – | 16.813 | 15.392 |
| Impostos a recolher | 3 | 4 | 1.637 | 1.592 |
| IRPJ e contribuição social a pagar | – | – | 2.067 | 598 |
| Dividendos a pagar | 9.451 | 5.805 | 10.848 | 6.144 |
| Partes relacionadas a receber | 654 | 373 | – | 17.851 |
| Passivo de arrendamento | – | – | 617 | 996 |
| Dividendos recebidos antecipadamente | 29.969 | – | – | – |
| Outras contas a pagar | 29 | 1 | 8.833 | 9.391 |
| **Total do passivo circulante** | **40.106** | **6.183** | **43.482** | **58.128** |
| **Passivo não circulante** | | | | |
| Passivo de arrendamento | – | – | 5.474 | 4.933 |
| Provisão para contingências | – | – | 6.556 | 6.632 |
| **Total do passivo não circulante** | **–** | **–** | **12.030** | **11.565** |
| **Patrimônio líquido** | | | | |
| Capital social | 257.621 | 257.621 | 257.621 | 257.621 |
| Reserva de lucros | 45.771 | 17.418 | 45.771 | 17.418 |
| Reserva legal | 3.364 | 1.374 | 3.364 | 1.374 |
| **Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores** | **306.756** | **276.413** | **306.756** | **276.413** |
| Participação de acionistas minoritários | – | – | 10.139 | 8.689 |
| **Total do patrimônio líquido** | **306.756** | **276.413** | **316.895** | **285.102** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **346.862** | **282.596** | **372.407** | **354.795** |

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

| | Capital social | Capital a Integralizar | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total do patrimônio líquido | Participação de não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **313.455** | **(2.251)** | **152** | **–** | **(53.583)** | **257.773** | **6.066** | **263.839** |
| Lucro do exercício | – | – | – | – | 24.445 | 24.445 | 2.014 | 26.459 |
| Integralização de capital | (2.251) | 2.251 | – | – | – | – | – | – |
| Absorção de prejuízos acumulados | (53.583) | – | – | – | 53.583 | – | – | – |
| Constituição de reserva legal | – | – | 1.222 | – | (1.222) | – | – | – |
| Constituição de dividendos mínimos obrigatórios | – | – | – | – | (5.805) | (5.805) | (339) | (6.144) |
| Estorno de dividendos | – | – | – | (7.847) | 7.847 | – | 948 | 948 |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | – | 25.265 | (25.265) | – | – | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **257.621** | **–** | **1.374** | **17.418** | **–** | **276.413** | **8.689** | **285.102** |
| Lucro do exercício | – | – | – | – | 39.794 | 39.794 | 1.187 | 40.981 |
| Constituição de reserva legal | – | – | 1.990 | – | (1.990) | – | 60 | 60 |
| Constituição de reserva de lucros | – | – | – | 28.353 | (28.353) | – | – | – |
| Constituição de dividendos mínimos obrigatórios | – | – | – | – | (9.451) | (9.451) | (283) | (9.734) |
| Estorno de dividendos | – | – | – | – | – | – | 486 | 486 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **257.621** | **–** | **3.364** | **45.771** | **–** | **306.756** | **10.139** | **316.895** |

### Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Receita líquida de vendas | – | – | 163.555 | 139.518 |
| Custos dos serviços prestados | – | – | (94.745) | (79.547) |
| **Lucro bruto** | **–** | **–** | **68.810** | **59.971** |
| **Despesas operacionais** | | | | |
| Despesas de vendas | – | – | (9.257) | (8.266) |
| Gerais e administrativas | (258) | (86) | (8.610) | (39.367) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 39.841 | 20.826 | – | – |
| Outras receitas e despesas, líquidas | (73) | (19) | 657 | 6.880 |
| | 39.510 | 20.721 | (17.210) | (40.753) |
| **Lucro operacional** | **39.510** | **20.721** | **51.600** | **19.218** |
| Resultado financeiro, líquido | 284 | 154 | 6.283 | 5.704 |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **39.794** | **20.875** | **57.883** | **24.922** |
| Imposto de renda e contribuição social | – | 3.570 | (16.902) | 1.537 |
| **Lucro do exercício** | **39.794** | **24.445** | **40.981** | **26.459** |
| Lucro atribuível a acionistas controladores | – | – | 39.794 | 24.445 |
| Lucro atribuível a acionistas não controladores | – | – | 1.187 | 2.014 |
| Lucro básico e diluído por ação – R$ | 0,1273 | 0,0782 | | |

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Lucro líquido do exercício** | 39.794 | 24.445 | 40.981 | 26.459 |
| Itens que serão classificados subsequentemente para o resultado: | | | | |
| Outros resultados abrangentes | – | – | – | – |
| **Resultado abrangente total** | 39.794 | 24.445 | 40.981 | 26.459 |
| **Resultado abrangente atribuível:** | | | | |
| Lucro atribuível a acionistas controladores | – | – | 39.794 | 24.445 |
| Lucro atribuível a acionistas não controladores | – | – | 1.187 | 2.014 |

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| **Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social** | 39.794 | 20.875 | 57.883 | 24.922 |
| **Ajustes** | | | | |
| Depreciação e amortização | – | – | 3.563 | 3.902 |
| Amortização valor justo | – | – | – | 21.962 |
| Baixa de imobilizado | – | – | 1.102 | 3.660 |
| Baixa de arrendamento financeiro | – | – | (3) | – |
| Provisão impairment | – | – | – | (4.937) |
| Provisão para perdas nos estoques | – | – | – | (2.203) |
| Receita diferida | – | – | – | (9.230) |
| Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa | – | – | (42) | (488) |
| Provisão para riscos trabalhistas e cíveis | – | – | (76) | (4.861) |
| Equivalência patrimonial | (39.841) | (20.826) | – | – |
| Juros sobre arrendamentos | – | – | 666 | 639 |
| **Variações** | | | | |
| Contas a receber de clientes | – | – | (11.682) | 20.037 |
| Estoques | – | – | – | 3.028 |
| Partes relacionadas | – | – | (7.304) | – |
| Tributos a recuperar | (73) | (28) | 237 | 986 |
| Outras contas a receber | – | – | 2.385 | (1.601) |
| Depósitos judiciais | – | – | 122 | 3.144 |
| Fornecedores e outras obrigações | – | – | (3.517) | (84) |
| Tributos a recolher | (1) | (3) | 45 | 234 |
| Salários a pagar e encargos | – | – | 1.421 | 994 |
| Fornecedores a pagar partes relacionadas | 281 | 98 | (17.850) | 1.325 |
| Outras contas a pagar | 28 | (1.363) | (540) | 270 |
| **Caixa proveniente das operações** | | | 26.410 | 61.699 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | – | – | (11.726) | (6.143) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais** | **188** | **(1.247)** | **14.684** | **55.556** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | – | – | (3.188) | (4.140) |
| Constituição de controladora | (2.007) | – | – | – |
| Recompra de ações mantidas em tesouraria | – | – | – | 948 |
| Dividendos recebidos | 60.442 | 9.806 | – | – |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento** | **58.623** | **8.559** | **(3.188)** | **(3.192)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Dividendos pagos aos acionistas da Companhia | (58.468) | (8.441) | (47.971) | (16.881) |
| Pagamento de arrendamentos | – | – | (1.301) | (1.157) |
| Outros ajustes de minoritários | – | – | 263 | – |
| **Caixa aplicado nas atividades de financiamento** | **(58.468)** | **(8.441)** | **(49.009)** | **(18.038)** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | 155 | 118 | (37.513) | 34.326 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 1.194 | 1.076 | 65.173 | 30.847 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 1.349 | 1.194 | 27.660 | 65.173 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **155** | **118** | **(37.513)** | **34.326** |

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

**1. Informações gerais –** A NC Broadcast Participações S.A. ("NC Broadcast" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Rui Barbosa nº 333, sala 41-c, Vila Gilda, em Santo André, São Paulo, CEP: 09190-370, constituída em 03 de junho de 2016, e tem como objeto social: (a) holdings de instituições não financeiras; (b) exercício de funções de gestão e administração de negócios de empresas do grupo; e (c) participações em outras sociedades, consórcio ou *joint ventures*. As empresas operacionais, que são controladas da Companhia, atuam no segmento de rádio e TV, sendo uma afiliada da Rede Globo de Televisão. A Companhia possui participações nas empresas Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda., TV coligadas de Santa Catarina S.A., NC Comunicações S.A., Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda. e LNC Administração e Cobranças Ltda., adquiridas em 26 de maio de 2016. Em 08 de dezembro 2017, a Companhia obteve o controle das investidas. A licença federal para operacionalização das atividades de TV e rádio são garantidas pelo governo e aprovadas pelo congresso federal. Essas licenças são concedidas para cada unidade, com caráter não exclusivo e com vencimento pré-determinado de 15 anos podendo ser prorrogado por igual período. A concessão foi renovada em 2022, sendo o próximo vencimento em 2037. A Companhia também possui participação de 75,00% na Nexpon Participações, sociedade empresária limitada, com sede em Blumenau, estado de Santa Catarina, constituída em abril de 2023 cujo objeto social consiste em holdings de instituições não financeiras e exercício de consultoria em gestão empresarial. A sociedade foi constituída com objetivo na participação societária de empresas de diversos segmentos. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não houve qualquer operação na referida sociedade. **1.1 Consolidação: a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2023 e 2022: **i) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas. **(i) Investidas:** As investidas são todas as entidades nas quais a Companhia detém participação societária, porém não detém o controle. São reconhecidas no investimento da Companhia, porém não fazem parte da consolidação para fins de demonstrações financeiras. **ii) Participações societárias:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

| | | % – Participação societária no capital social | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2023 | | 31/12/2022 | |
| | País | Direto | Indireto | Direto | Indireto |
| NC Comunicações S.A. | Brasil | 99,99% | – | 99,99% | – |
| Rádio Atlântida FM de Blumenau Ltda. | Brasil | – | 99,99% | – | 99,99% |
| TV coligadas de Santa Catarina S.A. | Brasil | – | 85,15% | – | 85,15% |
| Radio Itapema FM de Florianópolis Ltda. | Brasil | – | 99,99% | – | 99,99% |
| Nexpon Participações Ltda. | Brasil | 75,00% | – | – | – |

**b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade –** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas e investidas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real – R$, que é a moeda funcional da Companhia.

**Michel Youssif Chaowiche** – Diretor
**Murilo Pastrello** – Contador CRC SP 1SP 285.494/O-0

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Sócios e Administradores da
**NC Broadcast Participações S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da NC Broadcast Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da NC Broadcast Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Informações e os valores correspondentes:* As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 10 de maio de 2023, sem ressalva. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de junho de 2024.

**Deloitte Touche Tohmatsu**
**Auditores Independentes Ltda.**
CRC nº 2 SP 011.609/O-8
**Fernando Augusto Lopes Silva**
Contador CRC nº 1 SP 250.631/O-7

**Deloitte.**

# Publicidade Legal

mercado eletrônico

## Mercado Eletrônico S.A.

CNPJ/MF nº 00.117.351/0001-87

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022** *(Saldo em reais)*

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

| | Individual | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Circulante** | **38.252.507** | **15.017.562** | **54.393.574** | **41.926.617** |
| Caixa e equivalentes de caixa | **2.567.498** | 1.655.362 | **11.177.776** | 12.919.806 |
| Aplicação financeira | **25.938.045** | 4.740.059 | **26.892.126** | 11.974.221 |
| Contas a receber de clientes | **8.080.141** | 7.286.854 | **12.075.591** | 12.099.385 |
| Adiantamentos | **740.540** | 254.533 | **1.152.500** | 532.823 |
| Impostos e contribuições a recuperar | **278.098** | 395.120 | **2.728.470** | 4.220.594 |
| Mútuos a receber de partes relacion. | **528.205** | 549.692 | **-** | - |
| Despesas pagas antecipadamente | **119.980** | 135.942 | **367.111** | 179.788 |
| **Não circulante** | | | | |
| Realizável a longo prazo | **14.315** | 14.767 | **47.470** | 60.065 |
| Outros ativos | **14.315** | 14.767 | **47.470** | 60.065 |
| | **56.689.386** | 43.146.669 | **33.368.273** | 25.880.956 |
| Investimentos | **24.486.388** | 19.298.861 | **-** | - |
| Imobilizado | **1.580.360** | 1.497.666 | **2.209.166** | 2.431.516 |
| Intangível | **30.622.638** | 22.350.142 | **31.159.107** | 23.449.440 |
| **Total do ativo** | **94.956.208** | **58.178.998** | **87.809.317** | **67.867.638** |
| **Passivo** | | | | |
| **Circulante** | **19.329.635** | **16.987.977** | **25.134.677** | **25.350.514** |
| Financiamentos obtidos | **-** | - | **-** | 303.632 |
| Fornecedores | **2.765.774** | 2.301.014 | **2.942.393** | 3.209.566 |
| Comissões a pagar | **5.042.851** | 2.653.323 | **5.941.444** | 4.503.975 |
| Obrigações sociais | **692.694** | 802.132 | **1.995.041** | 1.686.482 |
| Obrigações fiscais | **2.094.792** | 1.748.848 | **4.637.135** | 4.810.606 |
| Arrendamento a pagar | **-** | - | **-** | 268.967 |
| Provisões | **4.627.740** | 5.001.538 | **4.786.126** | 5.001.538 |
| Dividendos a pagar | **1.518.005** | 1.183.006 | **1.518.005** | 1.183.006 |
| Receitas diferidas | **2.561.430** | 3.225.546 | **3.027.949** | 4.010.483 |
| Outros passivos | **26.349** | 72.570 | **286.584** | 372.259 |
| **Não circulante** | **26.626.391** | **87.539** | **13.674.458** | **1.413.642** |
| Arrendamento a pagar | **-** | - | **526.326** | 534.500 |
| Provisão para contingências | **113.324** | 87.539 | **113.324** | 120.061 |
| Financiamentos obtidos | **12.305.398** | - | **13.034.808** | 759.081 |
| Mútuos a pagar com partes relacionadas | **14.207.669** | - | **-** | - |
| Patrimônio líquido | **49.000.182** | 41.103.482 | **49.000.182** | 41.103.482 |
| Capital social | **25.232.336** | 25.232.336 | **25.232.336** | 25.232.336 |
| Reserva legal | **1.607.066** | 1.160.400 | **1.607.066** | 1.160.400 |
| Reservas de capital | **5.100.803** | 3.314.141 | **5.100.803** | 3.314.141 |
| Outros resultados abrangentes | **1.092.405** | 1.916.631 | **1.092.405** | 1.916.631 |
| Reserva de lucros | **15.967.572** | 9.479.974 | **15.967.572** | 9.479.974 |
| **Total do passivo e do PL** | **94.956.208** | **58.178.998** | **87.809.317** | **67.867.638** |

### DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reservas: Reserva legal | Reservas: Reservas de capital/ Estatutária | Outros resultados abrangentes | Reserva de lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo reapresentado em 1°/01/2022** | **25.232.336** | **850.714** | **2.075.398** | **2.243.215** | **5.170.434** | **35.572.097** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 6.071.097 | 6.071.097 |
| Constituição de reserva legal | - | 309.686 | - | - | (309.686) | - |
| Constituição de dividendos | - | - | - | - | (232.264) | (232.264) |
| Constituição de reservas estatutárias | - | - | 1.238.743 | - | (1.238.743) | - |
| Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras | - | - | - | (326.584) | - | (326.584) |
| Outros | - | - | - | - | 19.136 | 19.136 |
| **Saldo em 31/12/2022** | **25.232.336** | **1.160.400** | **3.314.141** | **1.916.631** | **9.479.974** | **41.103.482** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 8.933.306 | 8.933.306 |
| Constituição de reserva legal | - | 446.666 | - | - | (446.666) | - |
| Constituição de dividendos | - | - | - | - | (334.999) | (334.999) |
| Constituição de reservas estatutárias | - | - | 1.786.662 | - | (1.786.662) | - |
| Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras | - | - | - | (701.607) | - | (701.607) |
| **Saldo em 31/12/2023** | **25.232.336** | **1.607.066** | **5.100.803** | **1.215.024** | **15.844.953** | **49.000.182** |

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| | Individual | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Receita líquida de serviços** | **89.043.996** | **75.018.856** | **118.543.242** | **105.233.535** |
| Custo dos serviços prestados | **(42.264.702)** | (39.905.519) | **(45.517.304)** | (42.697.355) |
| Lucro bruto | **46.779.294** | 35.113.337 | **73.025.938** | 62.536.180 |
| Receitas (despesas) operacionais | **(43.818.745)** | (36.887.694) | **(61.772.641)** | (54.199.953) |
| Comerciais | **(22.635.034)** | (16.737.914) | **(29.046.523)** | (22.297.159) |
| Gerais e administrativas | **(20.936.694)** | (19.090.088) | **(32.650.850)** | (30.757.357) |
| Despesas tributárias | **(262.865)** | (288.655) | **(364.555)** | (393.850) |
| Outras despesas/receitas operacionais | **15.848** | (771.037) | **289.287** | (751.587) |
| Lucro/(prejuízo) operacional | **2.960.549** | (1.774.357) | **11.253.297** | 8.336.227 |
| Resultado de participações em controladas | **5.891.931** | 8.032.375 | **-** | - |
| Resultado financeiro líquido | **1.805.503** | (186.921) | **1.811.395** | 479.106 |
| Receitas financeiras | **3.403.440** | 906.013 | **3.626.933** | 1.738.668 |
| Despesas financeiras | **(1.597.937)** | (1.092.934) | **(1.815.538)** | (1.259.562) |
| **Lucro antes dos impostos** | **10.657.983** | **6.071.097** | **13.064.692** | **8.815.333** |
| IRPJ | **(1.261.792)** | - | **(3.648.778)** | (2.676.120) |
| CSLL | **(462.885)** | - | **(482.608)** | (68.116) |
| **Lucro líquido do exercício** | **8.933.306** | **6.071.097** | **8.933.306** | **6.071.097** |

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

| | Individual | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Lucro líquido do exercício | **8.933.306** | 6.071.097 | **8.933.306** | 6.071.097 |
| Ajustes acumulados de conversão | **(701.607)** | (326.584) | **(701.607)** | (326.584) |
| **Total do resultado abrangente do atribuível aos acionistas da Cia.** | **8.231.699** | **5.744.513** | **8.231.699** | **5.744.513** |

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | Individual | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **8.933.306** | **6.071.097** | **8.933.306** | **6.071.097** |
| Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais | | | | |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa | **(432.156)** | 179.934 | **137.179** | 228.965 |
| Perda de saldos de títulos incobráveis | **804.878** | 913.700 | **804.878** | 913.700 |
| Descontos obtidos e descontos concedidos | **(192.856)** | (167.483) | **(192.856)** | (167.483) |
| Depreciações e amortizações | **8.488.989** | 6.414.149 | **7.769.716** | 7.261.820 |
| Equivalência patrimonial | **(5.891.931)** | (8.032.375) | **-** | - |
| Rendimentos de aplicações financeiras | **(3.403.440)** | (623.455) | **(3.403.678)** | (1.376.478) |
| Baixa de imobilizados e intangíveis | **281.928** | 10.698.164 | **281.928** | 15.635.510 |
| Baixa depreciação e amortização s/ imobilizados e intangíveis | **(210.343)** | (5.231.888) | **(210.343)** | (8.685.889) |
| Juros sobre passivos de arrendamento | **-** | 137.040 | **-** | 166.154 |
| Provisões para contingência | **25.785** | - | **-** | - |
| Variação em ativos operacionais - (aumento)/diminuição) | | | | |
| Contas a receber de clientes | **(1.202.913)** | (321.895) | **(960.700)** | (537.506) |
| Juros recebidos | **229.761** | 190.584 | **235.293** | 190.584 |
| Adiantamentos | **(486.008)** | (58.193) | **(619.677)** | 232.199 |
| Impostos e contrib. a recuperar | **117.022** | (276.956) | **1.492.124** | (1.998.963) |
| Despesas pagas antecipadamente | **15.961** | (95.385) | **(187.323)** | (102.882) |
| Outros ativos | **452** | 232.654 | **(12.595)** | 262.366 |
| Depósito judicial – trabalhista | **-** | 5.000 | **-** | 5.000 |
| Variação em passivos operacionais - (aumento/(diminuição) | | | | |
| Fornec. e comissões a pagar | **2.854.289** | 894.277 | **1.170.296** | 3.169.401 |
| Juros pagos | **(785)** | (64) | **(41.627)** | (1.072) |
| Provisões trabalhistas e obrigações sociais | **(483.236)** | 2.021.972 | **(93.147)** | 2.791.295 |
| Obrigações fiscais | **345.944** | 320.778 | **(173.471)** | 2.213.971 |
| Obrigações diversas | **-** | - | **-** | - |
| Outros passivos | **(46.221)** | (14.606) | **(85.674)** | (3.464.244) |
| Receitas diferidas | **(664.116)** | 816.461 | **982.534** | 863.121 |
| **Caixa proveniente das atividades operacionais** | **9.084.309** | **14.073.512** | **15.826.163** | **23.670.666** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aplicações financeiras | **(17.794.546)** | 3.331.641 | **(11.514.227)** | 3.657.801 |
| Empréstimo a partes relacionadas | **21.487** | 398.113 | **-** | - |
| Venda de imobilizado | **-** | (375.000) | **-** | (375.000) |
| Aquisição de imobilizado | **(705.441)** | (1.506.534) | **(705.441)** | (2.590.005) |
| Aplicação no intangível | **(16.206.741)** | (11.766.968) | **(16.219.252)** | (11.805.160) |
| **Caixa aplicado nas atividades de investimentos** | **(34.685.241)** | **(9.918.747)** | **(28.438.921)** | **(11.112.364)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Financiamentos obtidos | **12.305.398** | - | **11.972.095** | (1.117.710) |
| Empréstimos obtidos partes relacionadas | **14.207.669** | - | **-** | - |
| Pagamento de passivos de arrendamentos | **-** | (3.988.855) | **(277.141)** | (3.988.855) |
| **Caixa aplicado nas atividades de financiamento** | **26.513.067** | **(3.988.855)** | **11.694.954** | **(5.106.565)** |
| **Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **12.136** | **165.909** | **(917.804)** | **7.451.737** |
| Início do exercício | **1.655.362** | 1.489.453 | **12.919.806** | 5.794.653 |
| Efeito da variação cambial liquida | **-** | - | **(824.226)** | (326.584) |
| Fim do exercício | **2.567.498** | 1.655.362 | **11.177.776** | 12.919.806 |
| **Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **912.136** | **165.909** | **(917.804)** | **7.451.737** |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

**1. Contexto operacional:** A Mercado Eletrônico S.A. ("Mercado Eletrônico" ou "Companhia"), domiciliada no endereço Rua Fidencio Ramos, 213, 8º Andar - São Paulo - SP, tem por objeto social disponibilizar espaço na Internet para possibilitar que pessoas jurídicas, por meio de seu site (que compreende o domínio www.me.com.br) e de seus sistemas de gerenciamento, interessadas em adquirir determinados produtos, recebam cotações de preço e formalizem pedidos de compra, interagindo com diversos fornecedores, bem como a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, e a administração de atividades e empreendimentos no mesmo ramo de negócios. **2. Principais práticas contábeis e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia tem divulgado todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos membros da administração em 07/06/2024.

**DIRETORIA**

**Julio Rossi**

Contador - CRC-1SP 272998/O-9

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Mercado Eletrônico S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mercado Eletrônico S.A. (Companhia), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07/06/2024

EY **ERNST & YOUNG**
**Auditores Independentes**
CRC SP-034519/O

**Wallace Weberling Pereira**
**Contador**
CRC SP-230870/O

***As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/***

## GS The Bambi's Agropecuária Ltda.

CNPJ/MF Nº 66.953.621/0001-06 - NIRE 35210441240

**Edital de Convocação**

Em atenção ao Parágrafo Único do Artigo 1.004 da Lei n° 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"), ficam os sócios quotistas da sociedade **GS The Bambi's Agropecuária Ltda**. ("Sociedade") **convocados** a se reunirem no próximo dia **09/07/2024, às 14hs**, em 1ª chamada, na sede da Sociedade, situada na Cidade de Tremembé/SP, à Estrada Municipal do Bairro do Mato Dentro, S/N, Bairro do Mato Dentro, e às **14:30hs**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i)** destituição da administradora da Sociedade, Sra. **Keli Cristina Lopes**; e **(ii)** em se aprovando o item "i", deliberar pela eleição do Sr. **Claudio Trincanato**, para ocupar o cargo de administrador da Sociedade; e **(iii)** em se aprovando o item "ii", deliberar pela alteração da Cláusula Sexta do Contrato Social da Sociedade. Tremembé (SP), 27/06/2024. **Espólio de Giuseppe Trincanato -** *por Claudio Trincanato - Inventariante.* ***(27, 28/06/2024 e 01/07/2024)***

## Berkeley Empreendimentos e Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 11.610.506/0001-39 – NIRE 35.224.810.790

**Decisão de Sócio – 28 de junho de 2024**

**Stephen Michael Robert Abletshauser**, CPF nº 232.484.778-73, único sócio da Berkeley Empreendimentos e Investimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), decide, sem reservas, aprovar a redução do capital social da Sociedade, excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, do valor atual de R$ 2.638.162,00 para o valor de R$ 838.162,00, totalizando uma redução no valor nominal total de R$ 1.800.000,00. **Assinatura:** Único sócio Stephen Michael Robert Abletshauser, representado por Lukas Matthias Rhomberg.

# Negócios

## Petrobras (PETR4) confirma novo CFO e diretor de RI; veja

A Petrobras (PETR4) confirmou nesta sexta (28), a eleição de três novos diretores. Fernando Sabbi Melgarejo vai para a Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores.

A Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras será ocupada por Renata Faria Rodrigues Baruzzi Lopes; e a Diretoria de Exploração e Produção, por Sylvia Maria Couto dos Anjos.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a petroleira informa ainda que as indicações foram submetidas aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo as respectivas análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da companhia.

Segundo a estatal, as diretoras executivas Renata Baruzzi e Sylvia dos Anjos tomaram posse nesta sexta-feira e Melgarejo, CFO da Petrobras, a partir do dia 15, data em que estará concluído seu processo de aposentadoria após 37 anos de carreira no Banco do Brasil.

Melgarejo é formado em Ciências Econômica União Educacional de Brasília (UNEB), pós-graduado em Negócios Internacionais pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e com mestrado em Economia de Empresas na Universidade Católica de Brasília (UCB).

O executivo tem 37 anos no conglomerado Banco do Brasil, dos quais dedicou cerca de 30 anos à área financeira, onde foi Gerente Executivo na Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Banco do Brasil na área de Estruturação e Análise Financeira. É diretor de Participações da Previ desde 2022, onde foi também o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) em 2023. É atualmente conselheiro de administração e integra o Comitê de Auditoria da Neoenergia, presidente do conselho de administração do Grupo Litel e Conselheiro Curador da Fundação Banco do Brasil.

Eduardo Vargas/Suno

## Itaú (ITUB4) anuncia mudança na diretoria de relações com investidores

Em fato relevante divulgado nesta quinta-feira (27), o Itaú (ITUB4) informou que o seu conselho de administração indicou Gustavo Lopes Rodrigues para assumir o cargo de diretor de relações com investidores.

Gustavo Lopes Rodrigues começou a trabalhar no Itaú em 2000 como estagiário e se tornou sócio do banco em 2021. Nesse meio tempo, transitou por diversos segmentos dentro da área de finanças.

Rodrigues vai reportar ao diretor de estratégia corporativa da empresa, Renato Lulia Jacob.

Itaú (ITUB4): BTG mantém otimismo e projeta 11% de dividendos

Após o Investor Day do Itaú (ITUB4), analistas do BTG Pactual reiteraram otimismo com a companhia, mantendo recomendação de compra para os papéis.

Atualmente o preço-alvo do BTG para as ações do Itaú é de R$ 42, ao passo que as ações negociam a cerca de R$ 32 em bolsa.

Em se tratando dos dividendos, a projeção do BTG é de que o dividend yield (DY) de ITUB4 seja de 11,3%.

Guilherme Serrano/Suno

## Juiz aceita pedido de recuperação judicial de construtora Odebrecht Engenharia

A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de recuperação judicial da Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), construtora do grupo Novonor (ex-Odebrecht). Com a decisão, todas as cobranças e execuções contra a empresa foram suspensas por 180 dias.

Segundo a empresa, o "foco central é reestruturar US$ 4,6 bilhões em passivos financeiros e operacionais, além de operações antigas dentro do mesmo grupo".

Ao dar entrada no pedido, a OEC alegou que o setor das grandes construções vem sendo afetado pela redução de investimentos em obras públicas e pela restrição de crédito a empresas do ramo. Os efeitos da Operação Lava Jato e da pandemia da covid-19 também foram citados como causas para o aumento do passivo.

Segundo a empresa, a recuperação judicial é "indispensável" para um "processo célere, organizado e controlado de reestruturação de passivos, reorganização de atividades e readequação de estruturas do grupo".

Após entregar demonstrativos contábeis, o relatório do passivo e a relação nominal completa dos credores, a OEC teve o pedido foi deferido.

A decisão é do juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. Ele nomeou uma administradora judicial, que tem 30 dias para apresentar o primeiro relatório.

A OEC afirma que a decisão foi negociada com seus maiores credores financeiros e ocorre no âmbito de uma reorganização financeira que exige um financiamento previsto na lei de recuperação judicial, o debtor in possession (DIP). O valor do empréstimo DIP é de R$ 650 milhões.

A própria Odebrecht entrou em recuperação judicial em 2020. Os processos são independentes.

COM A PALAVRA, A OEC

No dia 27 de junho de 2024, a OEC iniciou etapa formal para reestruturação de passivos e viabilização de aporte de caixa, por meio de recuperação judicial, visando a equalização da sua estrutura de capital. A iniciativa visa permitir o equacionamento da dívida e, ao mesmo tempo, incrementa seu fluxo de caixa dentro de um contexto favorável de retomada dos investimentos no setor de infraestrutura e construção pesada, que já se reflete no novo ciclo de crescimento da companhia.

Isto é Dinheiro